



4258645



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NOS DIAS 21 E 22 DE FEVEREIRO DE 2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias vinte e um e vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Sala de Reunião Plenária do 10º andar, Brasília/DF, foi realizada a 118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Estiveram presentes – Dia 21/02/2024:** Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Maria Angélica Gomes (AME); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnãni (COBAP); Cristiano Lisboa Martins (CNSaúde); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosângela Maria Lucinda (CFOAB); Heloísa Helena Oliveira da Silva (COFEN); Leomar César Brigagão (MORHAN); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG); Joana Darc Freire Silva (Ministério das Cidades); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC); Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (MEC); Ana Elenara da Silva Pintos (MEsp); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Adriana Rodrigues Martins (MRE); Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (MS); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Juliana Paula de Paiva Oliveira (MTur); Rodrigo Moreles Canez (MTur). Convidados: Anna Karla Pereira (ASPAD/MDHC); Bruno Mendes (SE - CNDPI); Camila Fidelis (SNDPI/MDHC); Clara Solon (AI/MDHC); Dayana Lima (SE - CNDPI); Eliana Graça (SE – CNDPI); Gustavo Pedrollo (CONJUR/MDHC); Jairo de Souza Junior (Fórum Distrital da Pessoa Idosa); Lívia Rospantini (COBAP); Luma Bittencourt (SE – CNDPI); Lucélia Pereira (SNDPI/MDHC); Max Bezerra (SPOA/MDHC); Renato Simões (SNPS/SG/PR). **Estiveram presentes – Dia 22/02/2024:** Maria Angélica Gomes (AME); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil) Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnãni (COBAP); Cristiano Lisboa Martins (CNSaúde); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosângela Maria Lucinda (CFOAB); Heloísa Helena Oliveira da Silva (COFEN); Leomar César Brigagão (MORHAN); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI – CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG); Joana Darc Freire (Ministério das Cidades); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC); Ana Elenara da Silva Pintos (MEsp); Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia (MIR); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (MS); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Rodrigo Moreles Canez (MTur). Convidados: Anna Karla Pereira (ASPAD/MDHC); Bruno

Mendes (SE – CNDPI); Dayana Lima (SE – CNDPI); Elda Soares; Eliana Graças (SE – CNDPI); Elisa Pimentel (ALAP); Luma Bittencourt (SE – CNDPI); Albamaria Abigailil (NEPPOS/UNB); Jesus Pontes (ALAP).

Dia 21/02/2024 - Abertura da 118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e todas e informou como pontos de pauta – Dia 21/02/2024 - Manhã: 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação da pauta; 3. Apresentação do Secretário Nacional de Participação Social - Renato Simões acompanhado da Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDHC - Anna Karla da Silva Pereira; 4. Informes SNDPI; 4.1. Ratificação da Convenção Interamericana (Conjur – Gustavo Pedrollo e Assessoria Internacional do MDHC - Clara Martins Solon); 4.2. Orçamento da União: Liberação de recursos da SNDPI e FNI (Max Lopes Bezerra); 4.3. Resultados da oficina de Trabalho do Programa do Envelhecer nos Territórios (Arilda Sabbas); 4.4. Andamento do Programa do Envelhecer nos Territórios (Kenio Lima). Tarde: 1. Apresentação da Professora Albamaria Abigailil sobre a importância do CNDPI, por meio de suas Comissões Permanentes, no exercício do Controle Democrático face aos Desafios do Envelhecimento no Brasil; 2. Trabalho das Comissões. Dia 22/02/2024 – Manhã: 1. Abertura e verificação do quórum; 2. 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Tarde: 1. Aprovação das Atas; 2. Informes: 2.1. Informe Gerais; 2.2. Informes da Secretaria-Executiva do CNDPI; 3. Relato do Trabalho das Comissões; 4. Plano de Ação do CNDPI; 5. Palavra Livre; 6. Agradecimentos; 7. Encerramento. Ato seguinte, enfatizou a importância da Política Nacional do Idoso, notificou que na última reunião extraordinária de dezembro foi solicitada a presença de uma representação do TCU para explicar sobre os fundos, o que foi formalizado, porém, o TCU está dedicado a um webinar de políticas públicas para pessoas idosas. Portanto, poderão participar de uma próxima reunião. Cientificou que receberam a portaria nº 68, de 15 de fevereiro de 2024, para referenciar a designação de novos representantes do Conselho Nacional, a saber: Joana Darc Freire (Ministério das Cidades), Alexandre da Silva (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), Juliana Paula de Paiva Oliveira e Rodrigo Moreles (Ministério do Turismo), Suzimar Delaroli Ribas (Serviço Social do Comércio) e Maria Angélica Gomes (Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte). Adicionou que buscaram a Secretaria Nacional de Participação Social, que se colocaram à disposição. Logo após, transferiu a palavra para o Sr. Renato Simões. O **Sr. Renato Simões** que comentou sobre o processo de reconstrução em alguns ministérios. Destacou a importância de criar uma instância coletiva e argumentou sobre os desafios sobre a participação social, sendo eles a mudanças com a transição na secretaria-geral realizada pelo conselho de participação social, um acordo feito com o governo de transição e sociedade civil, que consta na medida provisória da lei que rege as definições tomadas pela secretaria-geral. Declarou a integração de quatro dimensões, sendo a educação popular como processo formativo coparticipação. Destacou que a participação popular é diferente da participação social. Noticiou a integração território e digital, que foi incorporada ao plano plurianual. Citou sobre a missão institucional da secretaria e informou a participação que deve estar em cada política pública. Enfatizando a primeira fase do governo atual foi a reconstrução com a retomada das conferências nacionais. No ano de 2023 houve a convocação e realização de cinco conferências nacionais, e que pretendem executar até o primeiro trimestre do ano de 2025, vinte e três conferências nacionais. Acrescentou que a reconstrução dos colegiados nacionais foi a segunda prioridade, pois identificaram 35 conselhos inativados, extintos ou desarticulados por governos anteriores, e, diante do exposto, mais de 90% foram reativados no primeiro ano do governo atual. Discorreu sobre a retomada do Fórum Interconselhos, sendo as três primeiras reuniões direcionadas ao PPA. Relembrou que no PPA teve trinta e quatro mil pessoas nas plenárias estaduais e distrital e um milhão e meio de participantes na plataforma digital votando, quatro milhões de acessos e que foram produzidas 8.000 propostas da sociedade civil para o PL do PPA. Destacou que 58% das propostas foram totalmente incorporadas, 14% parcialmente incorporadas, 3% incorporadas condicionalmente e 23% não incorporadas. Complementou que foram realizadas experiências digitais para conferências, o que está incluído na Plataforma Brasil Participativo. Afirmou que será apresentado um relatório das políticas realizadas para novas discussões buscando executar do orçamento participativo, que será apresentada a metodologia em março 2024. Enfatizou sobre a necessidade de prever mecanismo para as devolutivas das conferências. Destacou que retomaram a participação social nos diálogos da Amazônia para discutir a organização do tratado do Mercosul social e participativo, que estão encarregados de executar o G20 social nesse ano e na COP30 no próximo ano. Asseverou que o programa de participação social com educação popular nos territórios

é essencial, que o grupo de trabalho interministerial finalizará os trabalhos com a publicação de decretos para a criação do programa. Salientou a importância de ter um grupo de trabalho para o fortalecimento dos colegiados e conferências nacionais, do orçamento participativo e consolidação da plataforma do Brasil Participativo. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** declarou que uma das preocupações do conselho é a necessidade de ser instituído por lei. Ressaltou que possuem novos representantes da sociedade civil, e enfatizou a necessidade de ter uma conferência representativa com o monitoramento das deliberações. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** enfatizou a importância do diálogo com os membros dos conselhos, da reconstrução, da transformação com o aumento de assentos no conselho. Alegando a importância de ter a composição diversa e que deve ser discutido como será viabilizado o acesso as plataformas digitais por pessoas idosas. A **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** asseverou que o governo percebeu a fragilidade de alguns segmentos da sociedade civil e que é fundamental o fortalecimento. Complementou que a educação e a saúde são marcos imprescindíveis. Concluiu afirmando que os direitos humanos dos povos estão sendo atingidos. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** afirmou a existência de novos e velhos problemas como a lei de criação do conselho nacional. Explanou que, na formação dos conselhos municipais é exposto o exemplo dos conselhos estaduais criados por lei. Alegou que o Presidente da República e a Casa Civil devem ter iniciativa. Citou os problemas como a falta de recursos. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** salientou a importância da participação social como pilar das decisões do governo, informou que participou da terceira fase do PPA, também frisou a importância de instituir o conselho por meio de uma lei, o que pode ser realizado pelo executivo ou legislativo. Argumentou que as condições regionais de acesso devem ser consideradas para a participação, utilizando diversos meios de comunicação. Noticiou que foi constatada uma presença forte de corporações nas propostas do PPA. Com a palavra, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** enfatizou que a secretaria é fundamental para a construção da democracia no estado brasileiro, sendo necessário para o governo avançar nos projetos futuros no marco da democracia. Complementou que o governo federal deve ser um exemplo institucional para os estados, que os conselhos de direitos não têm autonomia e que o governo precisa reparar os erros. O **Conselheiro Luiz Legnãni** argumentou que no governo anterior houve perdas trabalhistas, de direitos humanos dos movimentos sociais e faltou educação popular. Argumentou que a educação popular deve ser aliada as políticas públicas. Elogiou os Fóruns Interconselhos, sugeriu retomar o Fórum Mundial de Direitos Humanos e afirmou que devem ser corrigidas as falhas dos governos anteriores. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola** afirmou que a efetivação das políticas sobre cuidado deve ser incluída no PPA, sendo necessário ter foco no cuidado *in loco* e fortalecer os conselhos municipais. O **Sr. Renato Simões** argumentou que existem quatro diretorias na secretaria que estão à disposição para responder questionamentos. Clarificou que nenhuma forma de participação está sendo descartada, que houve a expansão dos meios digitais e existem desafios de inclusão digital, letramento digital, universalização da banda larga, o que está sendo discutido no governo. Adicionou que há uma grande demanda para institucionalizar a participação social, que tiveram experiências de projetos de lei que retroagem o processo de participação social, que a criação de uma lei para o conselho deve ser discutida e envolver os parlamentares. Complementou que estão empenhados na territorialização e que não possuem memória do assunto, o que poderia ser apresentado na plataforma. Logo após, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que a apresentação da **Sra. Anna Karla Pereira** será realizada no dia seguinte. Iniciada a discussão sobre a Ratificação da Convenção Interamericana, o **Sr. Gustavo F. Pedrollo** e a **Sra. Clara Solon** foram convidados para a mesa. O **Sr. Gustavo F. Pedrollo** questionou qual o rito de aprovação que seria mais interessante para a ratificação da Convenção Interamericana. Alegou que se ela for aprovada no rito do § 3º do artigo 5º da constituição ela poderá ser considerada como uma nova constituição, porém o STF tem o consentimento de que, se não for aprovado neste rito, ela possuirá caráter supralegal. Relatou que a mensagem do presidente não solicitava o rito, todavia a exposição de motivos pedia o rito e existia dois requerimentos solicitando o rito. Esclareceu que, ao desconsiderar o rito, a aprovação da convenção é considerada abaixo da constituição, não sendo necessário ser aprovada pelo rito. Foi questionado o que impede a convenção de se tornar uma norma constitucional. A **Sra. Clara Solon** destacou que o rito que permite que a convenção se torne emenda constitucional foi alterado em 2004 pela Constituição, o que foi bastante discutido no meio jurídico. Acrescentou que a maioria dos tratados internacionais de direitos humanos tem caráter supralegal e que apenas a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a

Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foram aprovadas pelo rito. Complementou que a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas sofreu algumas resistências pelo fato de possuir dois ou três dispositivos sobre identidade de gênero. Ressaltando a existência duas possibilidades: aguardar ou realizar um esforço conjunto ao Parlamento para execução do rito comum. O **Sr. Gustavo Pedrollo** argumentou sobre a diferença é significativa na Câmara e que o STF tem a tese de supralegalidade. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** complementou explicando que muitos países não têm marcos direcionados para pessoas idosas, o que causa um impacto significativo. Foi lembrado que tentaram cinco vezes ratificar a convenção no ano passado, que não é possível abrir exceção sobre a pauta LGBTQIA+, que na época da aprovação da convenção sobre racismo houve um caso de racismo, o que impactou na época. Foi explicado que o Plano Nacional da Pessoa Idosa que une os programas, envolve o orçamento, a forma de ratificação da convenção e o avanço do Brasil na pauta da pessoa idosa. Foi ressaltado que o Brasil possui a possibilidade de pensar em Plano de Cuidados. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** enfatizou que é necessário construir o assunto, e que existem casos internacionais, que o Brasil é um país com dimensões continentais e que é necessário discutir o assunto de forma que as pessoas compreendam o assunto. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** destacou que a AMPID acompanhou a necessidade de convenção do plano regional da OEA e lamentou a impossibilidade de ratificar a convenção. Frisou a importância de ter a convenção como status de emenda constitucional. A **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** salientou que o conselho visa a melhoria dos direitos da pessoa idosa. Questionou em qual local será inserido o trabalho realizado. A **Conselheira Rosângela Maria Lucinda** pontuou que a comissão de normas deve acompanhar a ratificação da convenção e discutir o assunto para apresentar a pauta na Casa Civil e Congresso. A **Conselheira Adriana Rodrigues Martins** comunicou que estão conversando sobre o assunto no MRE, concordou com a convenção com status supralegal. O **Sr. Gustavo Pedrollo** concordou e alegou que aprovar a convenção é importante, seja qual for o rito. A **Sra. Clara Solon** afirmou que nos últimos anos houve a preocupação em utilizar normas internacionais e que aprovar a ratificação da convenção que é um alto ganho para o direito interno. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** alegou que é uma pauta que o presidente da Câmara não quer apoiar, sendo uma questão estrutural. Acrescentou que faltou comprometimento de parlamentares e que é necessário ter estratégias e criar um plano de ação para levantar essa pauta em diversas áreas. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que a comissão de normas discuta sobre a convenção e envie um encaminhamento na reunião do dia seguinte. Imediatamente foi iniciada a apresentação sobre o Orçamento da União: Liberação de recursos da SNDPI e FNI. O **Sr. Max Lopes Bezerra** explicou que o ministério tem dois fundos: o Fundo Nacional do Idoso-FNI e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente-FNDCA. Complementou que a previsão de arrecadação do fundo é de R\$ 779.747,00, o que é construído ao longo do ano. Apresentou sistema da SOF, explanou como são distribuídos os recursos, anunciou que até 31 de agosto pode ser enviado a proposta relacionada a LOA, discorreu que a SOF pode realizar marcações no orçamento, que 20% da dotação está condicionada ao cumprimento de metas fiscais, o que pode ser liberado no primeiro trimestre. Destacou que o FNDCA não sofreu essa condição de marcação, pois possui uma condição judicial, e que o FNI pode dialogar com o FNDCA para verificar a questão do contingenciamento. Declarou que o fundo recebeu quatro emendas, uma de R\$ 500.000,00 outra de R\$ 400.000,00 e duas emendas de um real, o que pode ser aumentado. Cientificou que o valor do fundo do ano de 2023 foi de R\$ 2.500.000,00 e que o valor empenhado de R\$ 1.950.000,00, o que resulta em execução de 77,9%. Esclareceu que os órgãos devem executar os valores com a meta de 100%. Comunicou que foi liberado para o ano de 2024, R\$ 623.799,00 e R\$ 155.948,00 com notação condicionada, o que provavelmente pode ser liberado em março e tem as emendas parlamentares que totalizam R\$ 902.000,00. Acrescentou que a ação aplicada ao conselho é de R\$ 140.000,00, sendo que 20% estão condicionados e podem ser remanejados. Sendo questionado se os valores citados na apresentação é orçamento da secretaria. E confirmado. Questionaram se os orçamentos são aprovados pelo ministério. E respondido que foram definidos os programas e depois as ações, pelo Ministério. Questionaram o que envolve o valor de R\$ 140.000,00. A **Sra. Camila Fidelis** frisou que o valor é direcionado para diárias e passagens. Explicando que R\$110.000,00 estão disponíveis e R\$ 140.000,00 até o fim do trimestre para viagens do conselho. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu realizar um comparativo dos valores disponíveis entre 2023 e 2024. O **Sr. Max Lopes Bezerra** ressaltou que o valor do fundo foi reduzido de 2019 a 2024, que se comprometeu a

designar um responsável para acompanhar a situação do orçamento na Secretaria de Orçamento Federal, órgão responsável da área. Informou que os valores do fundo podem complementar recursos da secretaria. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** ressaltou a necessidade de captar recursos, garantir o funcionamento do conselho, ter uma análise mais aprofundada e o trabalho em conjunto e informou a importância de utilização de 100% do recurso. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** ressaltou a importância da união e de campanha de valorização do fundo nacional. Pontuou que pode ser pensada em uma campanha de valorização do fundo nacional na comissão de orçamento para mostrar a transparência. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** sugeriu consolidar as perguntas para transferir para a **Sra. Camila Fidelis**, e em seguida passar para o **Sr. Max Lopes Bezerra** para responder a tarde. Sendo a reunião encerrada. No período da Tarde: A reunião foi iniciada. Explicado que faltou a apresentação dos Resultados da oficina de Trabalho do Programa do Envelhecer nos Territórios (Arilda Sabbas), o andamento do Programa do Envelhecer nos Territórios (Kenio Lima) e os questionamentos de orçamento. Sendo solicitado o apoio da comissão de orçamento e fundos para fortalecer a necessidade de complementações e depois, caso necessário, realizar uma reunião extraordinária. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** questionou o motivo do contingenciamento do fundo e da redução do valor. Asseverou que a comissão de orçamento deve refletir sobre o assunto e que o Fundo Nacional do Idoso deveria ser o maior em relação aos estaduais e municipais. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** declarou que é necessário ter cautela com as situações negativas futuras. Relembrou experiência do Paraná de caixa único e questionou se existe a possibilidade de não ir para o caixa único. Afirmou que o fundo é um captador de recursos e que é necessário buscar um reposicionamento. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** ponderou que existem diversos técnicos que podem indicar todos os gastos e como captar mais recursos, que deve ser realizado trabalho em conjunto. A **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida** afirmou que percebeu a defesa político-partidária, que não foi favorável ao recurso do fundo utilizado no ano passado, pois não sabia o alcance social do trabalho e o conselho não foi ouvido. Salientou a importância de capacitar os conselheiros para executar às políticas públicas. Enfatizou que a Política Nacional do Idoso é um marco legal importante. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** alegou que todo orçamento público tem contingenciamento e que pode ser verificado ao FNDCA para a discussão sobre o assunto. Comunicou que em 2019 havia cerca de R\$ 82.000.000,00 no Fundo Nacional do Idoso, sendo importante analisar as movimentações políticas-orçamentárias. Esclareceu que o Fundo se trata de uma renúncia fiscal, que a maior parte dos recursos são utilizados para proposições políticas, que a questão do idoso é transversal, sendo importante debater com o grupo de trabalho interministerial. Destacou a necessidade de buscar a articulação interministerial e ganhar medidas em outros setores. Manifestou preocupação quanto ao adiamento do relato da oficina. A **Conselheira Maria Angélica Gomes** ressaltou que o fundo não pode entrar em caixa único, sendo importante a comissão de orçamento ter um especialista em orçamento para assessorar a comissão, se debruçar sobre a legislação, se capacitar sobre a SOF e outros assuntos. Foi pontuado que o conselho apoia as políticas do governo e que a secretaria deve ser fortalecida e ter recursos, sendo necessário lembrar o histórico do conselho, fortalecer, entender a transversalidade, ter intersectorialidade e recursos. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** argumentou que a divulgação pode ser um dos fatores para a redução de recursos, que é comum a presença do secretário nos conselhos, que para o projeto piloto em Codó foram utilizados critérios, sendo que foi constatado que se trata de um dos lugares que se envelhece muito mal. Destacou que podem verificar os TED's, a questão de formação de conselheiros. Informou que estão atentos a questão eleitoral, que pode ser pensado em conversar com candidatos para pensar em pautas para pessoa idosa. Salientou a importância da Política de Cuidado e do orçamento. Destacou que buscarão analisar a questão do contingenciamento do fundo. Notificou que estão com quatro reuniões marcadas com os ministérios sobre os cinco eixos do Plano Nacional e que o primeiro passo foi construir uma planilha com os programas e ações. Esclareceu que alguns ministérios não foram convocados, e que posterior irá acontecer. Concluiu informando que estão analisando a prestação de contas da gestão anterior. A **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** alegou que existem implicações por não usar o recurso do fundo, como a redução do recurso no ano subsequente e a possibilidade de indisponibilidade de uso imediato ou a longo prazo. Declarou que o fundo é liberado aos poucos, que os programas têm critérios, que houve a seleção de municípios para o programa, e que Codó tem indicadores de envelhecimento. Esclareceu que é necessário tomar decisões com respaldo jurídico, e, se for necessário, explicar as estruturas da secretaria. O **Presidente Raphael**

Franco Castelo Branco Carvalho sugeriu como encaminhamento a criação de um projeto pela secretaria e pelo conselho juntos, a formação de conselheiros e a secretaria buscar outras formas de captação de recursos. Em relação a ratificação da convenção interamericana, destacou que é importante ter a abordagem parlamentar. O **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** argumentou em relação a fala da **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal**, referente a última reunião e que na discussão foi dito que o valor que havia em orçamento passaria para esse ano, e não foi isso que ficou entendido no momento. E o que foi mencionado na última reunião não havia ficado claro e que no presente momento ficou esclarecido. Informou que a atitude que tomou na última reunião é uma atitude que atualmente tomaria de uma forma diferente. Ressaltou que toda as informações que seja passada nas reuniões, precisam ser com bastante segurança, que a presença do técnico demorou para acontecer. Com a palavra a **Sra. Camila Fidelis** ressaltou a importância de ter informações com segurança. Acrescentou que os R\$ 9.000.000,00 podem ser utilizados com autorização legislativa. Sugeriu aprimorar do diálogo. Ponderou que a não utilização do orçamento, sendo que a pessoa idosa perde, fazendo necessário a aprovação de projetos, podendo aparecer um crédito orçamentário. Comunicou que é necessário ter cautela para empenhar tais projetos. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** iniciou a apresentação sobre os Resultados da oficina de Trabalho do Programa do Envelhecer nos Territórios. Pontuou que o projeto é piloto para o fortalecimento dos agentes locais, que trabalharam com cidades maiores e menores, tem desafios experimentais, erros e acertos. Informou o objetivo do trabalho, comunicou que foi discutida a exigência de formação, carga horária dos agentes, a importância de promover a visibilidade das pessoas idosas nos seus territórios. Afirmou que serão trabalhadas as formas de abordagem, a confidencialidade das informações. Sugeriu a presença do coordenador para apresentar o trabalho. Finalizada a apresentação o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** comunicou a visita do Sr. Jairo de Souza Junior, que faz parte do Fórum Distrital da Pessoa Idosa. Logo após, transferiu a palavra ao **Sr. Jairo de Souza Junior** que saudou a todos, explicou que o Fórum Distrital da Pessoa Idosa é da sociedade civil, que realizam conferência livre anualmente, e que estão pautando o PPA, esclareceu que a UnB criou um grupo direcionado ao envelhecimento saudável e elaborou uma memória com todas as incidências com a criação de um livro digital. Finalizando a reunião o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** anunciou que as comissões devem indicar as suas coordenações e cientificou que as ideias das comissões foram condensadas e criado o Plano de Ação. A reunião foi encerrada.

Dia 22/02/2024 - Abertura da 118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião cumprimentou a todos e todas. Em seguida, a **Sra. Anna Karla da Silva Pereira** foi convocada para apresentar sobre a Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDHC. A **Sra. Anna Karla da Silva Pereira** discorreu sobre legislação, definição de participação social, atribuições do cargo. Explanou que, quando o cargo foi instituído, poucos tinham experiência. Declarou que construíram uma rede potente de participação social, realizaram oficinas e que está disponível um relatório com as principais entregas do ministério e de participação social de 2023, e que depois da reestruturação dos conselhos foi iniciada a discussão sobre as conferências. Salientou a importância da sociedade civil atuando com o governo. Notificou que começou a ser elaborado um mapa colaborativo e que foi lançado o edital Cidadania na Periferia, em que as organizações podem se cadastrar para o mapa. Discorreu sobre visitas do ministro para projetos e a importância das instituições sociais. Relatou que avançaram com a sociedade civil, que estão verificando o que foi realizado nos outros anos, que pode acessar todas as medidas implementadas no site do ministério. Cientificou que participaram de eventos, como o Pacto da Amazônia, ExpoFavela e que foram incluídas discussões sobre o PPA. Destacou a importância do diálogo interministerial, noticiou que trabalharam junto com o IBGE para alterar o termo “*aglomerado subnormal*”, que o edital Cidadania na Periferia está aberto e que tem uma linha para pessoas idosas, crianças e adolescentes, LGBTQIA+ e outras áreas. Esclareceu que eles não executam orçamento. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** declarou que o intuito é que o gestor estadual converse sobre a pessoa idosa. Explanou que foi colocado como prioridade a questão da pessoa idosa e a população LGBTQIA+ como prioridade no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Foi explicado que foi acrescentado um item no edital Cidadania na Periferia sobre educação para a população idosa. Informou que foi reaberto o edital de Povos Tradicionais e que vem havendo dificuldades para alcançar na ponta. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** questionou como trabalhar em projetos pequenos, considerar casos em que as entidades não têm documentos necessários e se haverá um espaço para regularizar. O **Vice-Presidente Alexandre**

da Silva respondeu que é necessário ter algumas flexibilidades. A **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** esclareceu que existe um edital de chamamento público para iniciativas para pessoa idosa, povos tradicionais que estava aberto no ano anterior, foi reeditado e relançado e que está aberto até 17 de março, com seis propostas a serem selecionadas e duas linhas de concorrência, cultura e economia sustentável. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** registrou que foram recebidas as obras da **Professora Adriana Oliveira** denominado: Velhice, cuidado e cuidador e do **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** denominado: Associativismo no Ministério Público Brasileiro e a Defesa dos Direitos de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência. Ato seguinte, foi iniciada a Apresentação da Professora Albamaria Abigail sobre a importância do CNDPI, por meio de suas Comissões Permanentes, no exercício do Controle Democrático face aos Desafios do Envelhecimento no Brasil. A **Sra. Albamaria Abigail** explanou que os conselhos surgiram na década de 80, que é um desafio inserir a pauta da pessoa idosa como prioridade, que deve distinguir o órgão gestor da sociedade civil. Argumentou que estão em um espaço de poder e que é necessário implementar a política. Complementou que a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa foram consequências da Assembleia Mundial do Envelhecimento. Discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelo conselho na pandemia. Adicionou que os conselhos são instrumentos de controle do estado. Propôs que os conselheiros acompanhem as ações realizadas. Comunicou que houve embates sobre contrarreformas e ponderou que os gastos e políticas devem ser fiscalizados. Alegou que o conselho tem total autonomia, que os conselhos devem transitar entre governo e sociedade civil. Lembrou que lutaram para destituir o decreto nº 9.893, sendo necessário a comissão de Normas rever o decreto. Salientou a importância da RENADI, questionou o estado do piso do financiamento da assistência social e dos CRAS, sendo questões que devem ser discutidas na Comissão de Política e no conselho. Declarou que o processo de articulação da secretaria com outros ministérios deve ser inserido como pauta das comissões de financiamento e de política. Solicitou que as comissões de financiamento e de política resgatem a proposta sobre a pessoa idosa no PPA e deve ser inserido sobre o reforço da RENADI, principalmente incluindo o Ministério da Gestão e Inovação. Discorreu sobre pessoas prejudicadas na pandemia, principalmente mulheres. Destacou que o trabalho realizado na transição do governo não foi divulgado, asseverou que as pautas da carteira verde amarela e reforma da previdência devem ser resgatadas. Citou como principal desafio inserir no PPA as funcionais programáticas para a pessoa idosa e fortalecer a RENADI, sendo fundamental a Comissão de Financiamento resgatar o PPA, ter o auxílio da assistência social e da saúde e formação pela comissão de articulação de conselhos. Declarou que pode enviar pesquisa sobre projeto piloto em cidade do Maranhão. Pontuou que as Comissões de Política, de Financiamento e Articulação são fundamentais, que é necessário delimitar o papel do órgão gestor, que podem buscar parceria, estrutura física e ter autonomia. Concluiu-se afirmando que podem utilizar a Lei de Acesso à Informação em vários órgãos para fornecer respaldo. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** questionou se a formação deve ser realizada diretamente no município e quem fiscalizaria e qual a relação no tocante a conferência nacional. Concluiu que a RENADI está presente em alguns setores e que é necessário unir e rever. O **Conselheiro Luiz Legnãni** salientou das deliberações das Conferências a importância da RENADI e da capacitação dos conselheiros. Informou que em janeiro os presidentes das federações da COBAP elencaram três prioridades: o aumento dos aposentados, com 80% de ganho real do salário-mínimo, pensão e realização na próxima semana de trabalho na Câmara e no Senado. A **Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto** ressaltou a importância de participar das reuniões bilaterais, da atenção primária e da necessidade de fortalecer o papel do conselho. O **Conselheiro Leomar César Brigagão** parabenizou a apresentação, discorreu sobre as dificuldades no Tocantins e a dificuldade dos idosos conseguirem planos de saúde. Considerou democrático o edital. A **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** salientou a importância da formação, parabenizou os editais, discorreu sobre o projeto Quintal Vivo e destacou que é necessário desburocratizar os editais. A **Conselheira Maria Angélica Gomes** declarou que é fundamental priorizar as questões centrais, unir para cumprir as missões, as comissões aproveitarem as palestras e convidar outras pessoas. Acrescentou que é necessário resgatar as pessoas que atuaram na política. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** argumentou que a apresentação da professora poderia ser a primeira, pois resgata o histórico. Argumentou que o controle social não é uma atividade simples e é difícil de ser efetivada, que existe diferença entre órgão gestor e Conselho. Ressaltou a urgência da implantação dos serviços socioassistenciais e do diálogo com outros ministérios. O **Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira** frisou a importância de aproximar a academia

ao governo, propôs que na próxima reunião seja iniciada com um momento de formação. Discorreu que deve ser pensado como o estado resolverá questões relacionadas as mulheres, negros e outras populações. A **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida** enfatizou a necessidade de capacitar os conselheiros, e a preocupação da realização do Encontro Técnico com a presença de presidentes dos conselhos estaduais e concordou com as ponderações anteriores. A **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** enfatizou que a política de governo deve ser realizada pelo governo e sociedade civil e que deve pensar nos interesses da sociedade. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** citou como desafio convocar representantes de outros órgãos para conhecimento técnico. A **Sra. Anna Karla da Silva Pereira** afirmou que discutem bastante sobre orçamento e que existem as questões legais que impedem determinadas ações. Informou que o edital de premiações tem flexibilidades e o de periferias apresenta o valor de R\$ 6.000.000,00 e 120 organizações, sendo um edital mais acessível. Acrescentou que tem a categoria com CNPJ e sem CNPJ, que não precisa escrever o projeto, somente um formulário com comprovação de imagens e cartas de recomendação de outras organizações que podem atestar as ações. Relembrou sobre os cadernos de resposta para a sociedade civil que solicitaram questionamentos sobre ações realizadas, o que auxilia na incidência dos ministérios. Adicionou que as pessoas que sobreviveram a pandemia estão adoecidas, que foi construído um GT interno sobre os desastres ambientais para as pessoas idosas e que foi realizado um trabalho com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** declarou que a RENADI é um ponto que não avançou respeitando o retorno dos conselhos, e que considera oportuno retomar a pauta quanto for adequado. Discorreu sobre a importância do ELSI-Brasil, lembrou que foram utilizados documentos dos GT's, mas não conseguiram vencer todos os pontos. Sobre o Plano Nacional, explicou que até 19 de março todos os ministérios devem enviar informações de ações direcionadas as pessoas idosas, que tem o ObservaDH para indicar as atualizações das ações e acessibilidade no Disque 100 e as ações podem ser replicadas nos territórios. Destacou a importância de membros do conselho nas reuniões bilaterais, apesar de existir dificuldades com a marcação de reuniões. Indagou se o indicador do IBGE será o balizador das discussões, ressaltou que muitas pessoas sofrem discriminações. Afirmou que foi difícil aumentar a quantidade de entidades no conselho. Anunciou que possuem uma consultora na Secretaria para auxiliar nas ações para pessoas idosas. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que a tarde haverá a discussão sobre as conferências, Plano de Ação, Relato das Comissões e Informes Gerais. Com a palavra, a **Sra. Albamaria Abigail** considerou que a comissão de articulação dos conselhos pode auxiliar na formação com manual de instruções para capacitação de conselhos. Sugeriu uma resolução do conselho sobre o INSS, a discussão do assunto entre a COBAP e a Comissão da Frente Parlamentar da Previdência Social, principalmente sobre as pessoas vulneráveis que utilizam o BPC. Adicionou que pode utilizar documento da AMPID como base e que o Plano Nacional pode apresentar o diagnóstico. Assegurou que o empréstimo consignado é um problema sério, sendo necessário regular. Foi sugerido criar uma comissão temática sobre empréstimo e discutir com o Conselho da Previdência. Foi proposto que o conselho discuta sobre os planos de saúde, visto que aumentaram o valor dos planos de saúde para pessoas idosas. Sobre os editais, foi destacado que muitas pessoas não possuem acesso aos editais, sendo necessário facilitar o acesso aos editais e benefícios. Além disso, deve ser verificada qual rede pode auxiliar na articulação. Ressaltou a importância sobre o SUS, Saúde na Família. Sugeriu que seja expedida uma normativa sobre financiamento e políticas sociais e que a comissão de Financiamento crie uma resolução com informações do PPA. Salientou que a RENADI é uma demanda de todas as conferências, que toda a legislação foi realizada com a sociedade civil e lembrou a Carta de Brasília de 2007. Ponderou que o conselho deve estar atento a 5ª Conferência Mundial do Envelhecimento que resgata o cuidado remunerado para mulheres, objetivos do desenvolvimento sustentável e a agenda do desenvolvimento saudável, o que deve estar incluído na Conferência Nacional e no Plano Nacional. Posteriormente, foi iniciada a votação das duas atas anteriores. Não havendo manifestações contrárias, as duas atas foram consideradas aprovadas. Tarde: O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião cumprimentou a todos. Sugeriu a inversão de pauta, abordando a representação das entidades, o Plano de Ação, Informes e Relato do Trabalho das Comissões. Iniciada a discussão sobre o Plano de Ação, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** notificou que as comissões elaboraram relatórios que foram apresentados em dezembro, que a secretaria-executiva do conselho resumiu e resultaram em um relatório. O **Sr. Bruno Mendes** explanou que utilizou os planos de ação de 2009 e 2010 como base. Leu a missão, visão, valores,

objetivos, perspectivas, mapa estratégico, e citou as metas. Informou que todas as ações foram retiradas das reuniões das Comissões. Ressaltou que o documento do plano foi enviado por e-mail anteriormente. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu encaminhar novamente o documento e estabelecer um prazo de 20 de março para sugestões e enviar nos grupos de WhatsApp das comissões. O **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** questionou se pode propor mudanças em toda a estrutura. Foi confirmado. O **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** indagou se pode ser incluídas as propostas. Foi confirmado. Iniciada a votação, a proposta inicial do Plano de Ação foi aprovada por unanimidade. Na sequência, transferiu-se para o Relato das Comissões. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** iniciou o relato da Comissão de Orçamento, Finanças e Gestão. Anunciou que ficou como Coordenador e a **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** vice coordenadora da Comissão. Alegou que é necessário discutir a legislação do FNI e que os membros da comissão precisam ter conhecimento para discutir os assuntos da pauta, rever os documentos existentes, verificar as possíveis adequações nas leis com o auxílio da comissão de normas com prazo para junho de 2024. Sobre o Plano de Aplicação do FNI, comunicou que foi enviado um trabalho com os gastos, ponderou que é necessário conhecer a proposta da secretaria e que o conselho precisa apresentar propostas para a execução do FNI, que é importante utilizar 100% do recurso. No tocante ao Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários, destacou a necessidade colocar valores de cada projeto para abril de 2024. Sobre a análise e revisão da cartilha, pontuou que as propostas devem atingir a todos, que a comissão analisará a cartilha, que é necessário realizar estudo sobre destinação de recursos as entidades, que a comissão recebeu por e-mail e replicará o que foi realizado pelo CONANDA quanto ao contingenciamento e solicitará o modelo do CONANDA para abril de 2024. Sobre o relatório orçamentário das ações de 2019 a 2023, ponderou que solicitarão um exemplo de projeto para estudo. Sobre a destinação do imposto de renda para o FNI, sugeriu a campanha para março de 2024 e que a ação não seja contingenciada, que a comissão de Normas deve analisar a legislação orçamentária sobre contingenciamento e identificar o motivo do CONADA não ser contingenciado. A **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** sugeriu convidar um representante do CONANDA para explicar a falta de contingenciamento e a destinação de recursos as entidades. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** anunciou a presença do **Deputado Jesus Pontes** do Amapá. O **Deputado Jesus Pontes** saudou a todos e foi informado sobre a realização de uma audiência pública sobre saúde, violência contra a pessoa idosa, cuidado e respeito sobre a pessoa idosa no Amapá. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** salientou a importância de fortalecer o diálogo com o poder legislativo. O **Conselheiro Luiz Legnãni** cientificou que a COBAP visitará deputados. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola** declarou que será inaugurado o primeiro Centro-Dia no Amapá, que será criada a Semana Focal de Conscientização de Alzheimer e centro de apoio a violência, sendo a proposta da audiência pública no Amapá. Ato contínuo, a Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social iniciou o relato. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que a Coordenadora da Comissão é a **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** e vice-coordenadora a **Conselheira Joana Darc Freire Silva**. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** explicou que foi selecionada uma das ações do plano de ação para discutir, que propõem realizar uma campanha virtual sobre o fortalecimento dos conselhos, dos Fundos e da RENADI utilizando espaços públicos da mídia com todos os ministérios. Sugeriu a campanha com *cards*, vídeos, tutoriais, palestras online para os conselhos. Logo em seguida, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que o grupo de trabalho das ILPIs apresente as sugestões para o plano de trabalho e comunicado que a reunião está marcada para a próxima terça às 14:00 virtual. A **Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima** informou que a Comissão de Política se reunirá em março. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu a inversão de pauta sobre a conferência. Todos concordaram. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** notificou que foram sugeridos temas na comissão de articulação que foram deslocados para a comissão da conferência. Declarou que discutem sobre a diversidade do envelhecimento com presidentes de conselhos estaduais, com o MDS sobre a Política Nacional de Cuidados, sobre o Plano Nacional de Envelhecimento e se reuniram com a Comissão de Articulação, onde foi elaborado um documento. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** salientou que em todas as reuniões os integrantes participaram na íntegra. A **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** apresentou a proposta de tema para 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa relacionado a diversidade e democracia: Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Mais Equidade, Direitos e Participação. E as propostas dos cinco eixos: 1. Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais e

Financiamento das Políticas Públicas; 2. Fortalecimento de Políticas Para a Proteção à Vida, à Saúde e Para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa; 3. Proteção e Enfrentamento Contra Quaisquer Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa; 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária para Todas as Velhices (Na Perspectiva Das Múltiplas Velhices); 5. Consolidação da Existência (Da Instituição) e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política Autônoma do Estado Brasileiro. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** explicou que as propostas foram criadas através do ponto de vista dos estados. Citou novamente os eixos e o título. A **Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima** sugeriu alteração no eixo 1 para: financiamento para a garantia dos direitos sociais. A **Conselheira Claudia Regina de Oliveira Zanini** sugeriu incluir um item sobre capacitação para pessoa idosa. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** lembrou a sugestão de mencionar todos os grupos, o que foi discutido que será colocado o detalhamento no documento, e que foi afirmado que o financiamento está em todos os eixos, porém, foi definido que o financiamento estará no texto base e em um eixo. A **Conselheira Rosangela Maria Lucinda** alegou que o eixo quatro envolve a participação social e sugeriu suprimir no eixo 5 a palavra “autônoma”. A **Conselheira Maria Angélica Gomes** sugeriu proporcionar mesas que incentivem o relato de boas práticas. Declarou que deve evidenciar o financiamento para garantir os direitos. Concordou com a supressão do termo “autônoma”. Questionou como potencializar o trabalho social integrado a nível federal, estadual e municipal, sendo necessário evidenciar a intersetorialidade. A **Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto** sugeriu colocar no tema: envelhecimento multicultural e democracia, urgência por equidade, direitos e participação, suprimindo a palavra “mais”. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** declarou que a formação e o financiamento estão presentes em todos os eixos. Alegou que é necessário ter pontos focais em todos os ministérios, que os itens estão integrados. Sugeriu realizar projetos combinados, que foi pensado em criar um edital sobre experiências exitosas e apresentar uma experiência na conferência. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** argumentou que essas experiências podem ser construídas com os estados. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** sugeriu realizar no primeiro semestre. Logo após, foi iniciada a votação sobre a sugestão do tema: “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”, foi aprovado por unanimidade. Sobre o primeiro eixo, foi sugerido a alteração para: financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia de direitos. Iniciada a votação da proposta, foi aprovada por unanimidade. No tocante ao eixo 4, quanto a colocar a participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva de múltiplas velhices, a proposta foi aprovada por unanimidade. No tocante a proposta do eixo 5, em que foi sugerida a supressão da palavra “autônoma”, a proposta foi aprovada por unanimidade. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** sugeriu suprimir os termos existência ou instituição no tema do eixo 5. Iniciada a votação, foi aprovado por unanimidade. Finalizando, foi aprovado por unanimidade o tema e os eixos da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: Tema - “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”. Eixos: 1 - Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais; 2 - Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa; 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa; 4 - Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices; 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro. Imediatamente, prosseguiu-se ao calendário. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** explanou que entre agosto, setembro e outubro de 2024, dado ao Defeso Eleitoral, não poderá ter conferências municipais, que há necessidade de a comissão rever e sistematizar conferências anteriores, avaliar a possibilidade de facultar aos estados que as conferências sejam regionalizadas ou municipalizadas. Relatou que foram levantadas duas propostas iniciais: 1. conferências municipais até junho de 2024, conferências estaduais até dezembro de 2024 e a conferência nacional maio de 2025, porém, poderia flexibilizar. 2. conferências municipais até maio de 2025, conferências estaduais julho de 2025 e a conferência nacional agosto de 2025. Pontuou que na segunda proposta existe a dificuldade de sistematizar as propostas enviadas pelas conferências estaduais. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** pontuou que os prazos são inviáveis. A **Coordenadora-Geral Eliana Graça** esclareceu que os estados sugeriram a segunda proposta. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** argumentou que existem diferenças nos estados. O **Conselheiro Fábio Régis Sparremerger** propôs conferir se não terá outras conferências no dia. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco**

Carvalho sugeriu acrescentar uma terceira proposta: colocar as conferências municipais até dezembro de 2024, conferências estaduais para abril de 2025 e a conferência nacional para a primeira semana de agosto de 2025. A **Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima** propôs a estadual para março de 2025, e a conferência nacional para junho de 2025. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** esclareceu que a proposta poderá ser alterada e sugeriu que, neste caso, seja colocada para 24 a 27 de junho de 2025. **Sr. Bruno Mendes** pontuou que na semana anterior haverá a Semana do Combate à Violência à Pessoa Idosa e o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu ter a conferência depois. A **Conselheira Ana Paula Pinto da Silva** lembrou que em 19 de junho de 2025 será feriado e, diante do exposto, foi sugerido de 10 a 13 de junho de 2025. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pontuou a proposta de 24 a 27 de junho de 2025. Foi retirado de pauta. O **Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira** informou que foi realizada uma conferência que se iniciou no sábado. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** recomendou de 29 de junho a 02 de julho. Iniciada a votação quanto a facultar a possibilidade de conferências municipais e regionalizadas. Foi aprovado por unanimidade. No que concerne as datas, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** relatou que está sendo propostas conferências municipais até dezembro de 2024, conferências estaduais até março de 2025. Foi aprovado por unanimidade. A **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** questionou se está assumindo que as conferências municipais ocorrerão até dezembro. Foi confirmado. Posteriormente, foi informado como propostas para a conferência nacional as datas: proposta 1. de 10 a 13 de junho de 2025 e proposta 2. de 29 de junho a 02 de julho. Foi ressaltado que somente os conselheiros titulares podem votar. A proposta 1 recebeu 16 votos e a proposta 2 recebeu 6 votos. O **Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira** se absteve. Foi aprovada a proposta 1. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** frisou que a comissão da conferência será formada após a publicação do Decreto Presidencial e será composta pelo Conselho e pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. A **Coordenadora-Geral Eliana Graça** discorreu que nos documentos técnicos tem a Exposição de Motivos, Parecer de Mérito, e que o decreto será finalizado e enviado para a Conjur e depois para a Casa Civil, que o processo demora três meses, que estão verificando se é possível contratar uma assessoria para construir um texto base. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que a Comissão de Articulação se reúna com os estados para dar devolutiva aos estados sobre a conferência. Logo em seguida, sobre as entidades que se candidataram para o Grupo de Trabalho Interministerial-GTI, para tratar do Plano Nacional da Pessoa Idosa, no caso SESC, Coletivo Indígena Wakonã, SINTAPI-CUT, MORHAN e AME. Foi informado que houve dois assentos. A **Conselheira Suzimar Delaroli Ribas** discorreu sobre o trabalho realizado pelo SESC. O **Conselheiro Leomar César Brigagão** informou que está apoiando o Coletivo Indígena Wakonã e o SINTAPI-CUT e retirou a candidatura. A **Conselheira Maria Angélica Gomes** destacou a importância da AME e informou que a AME apoia as outras instituições. A **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** se colocou à disposição, discorreu sobre o trabalho do Coletivo Indígena Wakonã, não retirou a candidatura e apoiou a SINTAPI-CUT. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** salientou a importância da SINTAPI-CUT, que está no local para discutir sobre a pessoa idosa. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** pontuou que não há previsão de passagens para o GTI, que provavelmente as reuniões serão on-line e que o decreto do Plano está previsto para sair. Iniciada a votação, foram registrados os seguintes resultados: A COBAP votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. SINTAPI-CUT votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A ANG Brasil votou em SESC e SINTAPI-CUT. A SBBG votou em Coletivo Indígena Wakonã e SESC. O SESC votou em SESC e Coletivo Indígena Wakonã. A AMPID votou em SESC e Coletivo Indígena Wakonã. O MORHAN votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A ABRAZ votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O CFOAB votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A PPI votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A APNs votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A AME votou em AME e Coletivo Indígena Wakonã. O COFEN votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Coletivo Indígena Wakonã votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. A Aliança Nacional LGBTI+ votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério da Justiça votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate a Fome votou em Coletivo Indígena Wakonã e SESC. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania votou em SINTAPI-CUT e AME. O Ministério do Trabalho e Emprego votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério da Previdência Social votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério da Igualdade Racial votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério das

Cidades votou em Coletivo Indígena Wakonã e SINTAPI-CUT. O Ministério de Planejamento e Orçamento votou em Coletivo Indígena Wakonã e AME. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** anunciou que a entidade SESC recebeu 5 votos, Coletivo Indígena Wakonã 21 votos, SINTAPI-CUT 17 votos e AME 3 votos, portanto, SINTAPI-CUT e Coletivo Indígena Wakonã serão os representantes do GTI. Nos informes finais relatou que buscarão as sistematizações dos relatórios das comissões para apresentar na próxima reunião, que o regimento está na comissão de elaboração de regimento. Notificou que a resolução nº 67 foi publicada sem anexos e a comissão de normas discutiu a adequação do anexo. Cientificou que na próxima reunião ordinária o assunto será pautado. Salientou o trabalho da secretaria executiva do conselho. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** informou que foi discutido com o TCU sobre a capacitação sobre o Fundo e financiamento, no conselho e sendo importante ter também a participação da Receita Federal. O **Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas** convidou a todos para o 6º Congresso Nacional da SINTAPI-CUT, que ocorrerá nos dias 11 e 12 de março em São Paulo. O **Vice-Presidente Alexandre da Silva** sugeriu convidar a Sra. Maia, responsável pela articulação entre o governo, estado e município no Ministério e o Sr. Roberto Pires, para apresentar sobre o ObservaDH. A **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** agradeceu e solicitou o auxílio de todos para a melhoria das proposições. Não havendo mais assuntos a serem tratados, avançou-se ao Encerramento da 118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a 118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, Usuário Externo, em 22/04/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4258645** e o código CRC **A32C72C0**.